

O PROBLEMA MORAL E ONTOLÓGICO DO MAL AGOSTINIANO NO LIVRE ARBÍTRIO

Matheus da Silva de Morais *

DOI: <https://doi.org/10.52521/occursus.v9i1.13186>

RESUMO

Este artigo se propõe a apresentar a resolução ao problema do mal, do ponto de vista moral e ontológico, na obra *De libero arbitrio* de Agostinho. Percorrendo, em um primeiro momento, a relação de Agostinho com o problema do mal, é realizada uma breve exposição da doutrina maniqueísta para maior elucidação do fato da obra trabalhada ser anti-maniquéia. Posteriormente, é apresentada uma exposição do mal moral e, por fim, a possibilidade de se pensar a ontologia do mal no *De libero arbitrio*, que é, no fim, a base para a resolução para o mal moral.

PALAVRAS-CHAVE

Agostinho. Mal. Vontade. Privação.

ABSTRACT

This article aims to present the resolution to the problem of evil, from a moral and ontological point of view, in Augustine's work *De libero arbitrio*. Firstly, going through Augustine's relationship with the problem of evil, a brief exposition of the Manichaeic doctrine is made to further elucidate the fact that the work being worked on is anti-Manichaeic. Subsequently, an exposition of moral evil is presented and, finally, the possibility of thinking about the ontology of evil in *De libero arbitrio*, which is, in the end, the basis for the resolution of moral evil.

KEYWORDS

Augustine. Evil. Will. Deprivation.



“[...] *quia non noveram malum non esse nisi privationem boni usque ad quod ominino non est*”¹. Conf. III, 7, 12.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Do famoso paradoxo de Epicuro, “ou Deus pode e não quer evitar o mal, e então não é bom; ou quer e não pode, e então não é onipotente; ou nem pode nem quer, e então não é Deus”², temos, ao longo da história, variadas disputas, incontáveis soluções e demasiadas inquietudes. O problema do mal se refere a questão de como Deus, o Sumo Bem para a tradição medieval cristã, pode ser bom, criador de tudo, aquele do qual deriva todo ser, sendo que atestamos que o mal se faz presente no mundo. O problema do mal se estabelece ao atestarmos a soberania e bondade absoluta deste princípio criador, e a constatação da presença do mal – ou seja, apesar de Deus ser soberano, o mal está presente na criação e ele não erradica tal fenômeno. Em outros termos: como Deus pode ser soberano e bom, se o mal existe? Porque se tudo que existe, todos os seres, deriva dele, que é verdadeiramente, e o mal existe, como não ser ele a fonte do mal, e por consequência, ser ele mesmo mal e não o sumo bem? A este problema, ao longo da história da filosofia, foram dadas

* Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), tendo como foco de estudo a área da Metafísica. Atualmente, bolsista de iniciação científica pelo PIBIC CNPQ, dedicando-se ao estudo sobre o problema metafísico do mal no *De libero arbitrio* de Santo Agostinho e nas *Enéadas* de Plotino. (Fonte: Currículo Lattes).

1 “Porque não sabia que o mal não é senão a privação do bem, até ao ponto de não ser absolutamente”.

2 TORRES QUEIRUGA, Andrés. **Do terror de Isaac ao Abbá de Jesus**: por uma nova imagem de Deus. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 187.

diversas resoluções, e, até mesmo, ganharam [as resoluções ao problema do mal] um termo técnico específico: “teodiceia³”. Uma das resoluções dadas ao problema do mal será a dos maniqueístas – a qual iremos expor neste artigo – que será rebatida pela resolução agostiniana ao problema do mal, propósito da escrita do *De libero arbitrio*.

Este artigo tem por objetivo apresentar a concepção ontológica de mal de Santo Agostinho na obra *De libero arbitrio*, pressuposta na apresentação do mal moral no Livro II e III, comparando com a concepção ontológica de mal para Plotino, visando, ao fim, mostrar como esta influenciou a resposta de Agostinho em sua obra ao problema do mal, que tem como objetivo contrapor a doutrina maniqueísta, religião da qual Agostinho fez parte. Para se atingir tal objetivo, traçaremos o respectivo caminho argumentativo: (i) de início, pretendemos mostrar como o problema do mal inquietava a mente e o coração de Agostinho, muito antes de sua conversão, motivo que o fez entrar para o maniqueísmo; (ii) posteriormente, se faz necessário – principalmente pelo fato de o *De libero arbitrio*, obra de Agostinho na qual estamos trabalhando neste artigo, ser um escrito antimaniqueu – fazer uma breve exposição da doutrina maniqueísta, e por consequência, a ontologia e ética da mesma; (iii) depois disto, analisaremos a concepção ontológica de mal para Plotino, com base no Tratado das Enéadas I [8], *de onde vem os males e o que são?*, evidenciando assim, a influência da teodiceia plotiniana sobre a teodiceia agostiniana. (iv) Logo após esta exposição da “teodiceia” plotiniana, primeiramente, analisaremos o mal moral no *Livre Arbítrio* com base nos livros I e II, e secundamente, (v) mostraremos a concepção ontológica do mal de Agostinho que está pressuposta nos livros II e III, e para maior elucidação, contaremos com a ajuda de alguns excertos de outras obras agostinianas, por exemplo, as *Confissões*.

2 AGOSTINHO E O PROBLEMA DO MAL

A problemática do mal muito inquietou Agostinho em sua peregrinação em direção à verdade, após a leitura de *Hortensius* de Cícero, como ele descreve em suas *Confissões*:

Deus é bom e incomparavelmente melhor e mais poderoso; contudo, sendo bom, criou coisas boas, e eis como as abrange e preenche. De onde, então, vem o mal, e como chegou até aqui? Qual é a sua raiz e qual sua semente? [...] De onde vem, então, se um Deus que é bom fez todas as coisas? De onde vem o mal? [...] Tais pensamentos se revolviam em meu pobre peito, oprimido pela preocupação terrível de morrer sem encontrar a verdade [sobre o problema do mal]. (*Conf.* 7. 5. 7).⁴

Tal problemática se coloca quando se admite o monismo cristão – isto é, um único Deus soberano, criador de todos os seres, que verdadeiramente é, absolutamente bom – e quando se atesta a existência do mal; porque se todo ser que existe, em si, é um bem, pois só pode ter tido o seu ser do único princípio absoluto, Deus, O Sumo Bem, de onde vem o mal? E se o mal existe – o que é incontentável⁵ pelo próprio Agostinho –, sendo contado entre os seres, teria sido derivado de

3 Leibniz é o inventor do termo ‘teodiceia’, formado a partir de duas palavras gregas: *theos* (deus) e *dikè* (justiça). O termo indica como se Deus fosse colocado no bando dos réus, e como em um tribunal, fosse feita uma defesa da justiça, soberania, e bondade de Deus contra o problema do mal. Segundo Paul Rateau, no artigo *The Leibnizian theodicy project: Theoretical And Practical Question*, Leibniz não é o primeiro nem o último a empenhar-se em conciliar a sabedoria, a bondade e a onipotência de Deus com a existência do mal no mundo. Ele se inscreve em uma longa tradição iniciada por Platão, seguida pelos estoicos, Agostinho e os medievais. [...] O projeto de teodiceia é antigo e, caso acreditemos em Leibniz, longamente maturado. Desde sua juventude, escreve ele para Jablonski, nutria a ideia de “defender a bondade, a sabedoria e a justiça de Deus, bem como o seu poder supremo e irresistível influência”. [...] Ele se preocupa com o progresso da incredulidade, do ateísmo e do ceticismo em sua época. Ele sabe que a experiência do mal no mundo é um dos principais argumentos usados por aqueles que questionam a ideia de Providência e que chegou até mesmo a duvidar da existência de Deus. Mas ele estima também que, do lado da “defesa”, a causa de Deus nem sempre é muito bem sustentada. Os teólogos, em particular, os detentores do direito absoluto de Deus, que concebem o Ser Supremo como um déspota (e não como um rei bom e sábio) agindo por puro capricho, prejudicam a piedade autêntica. Com efeito, como podemos amar um Deus que parece distribuir bens e males de forma arbitrária e que condena uns e salva outros sem razão aparente?” In: *Aufklärung*, João Pessoa, v. 6, p. 126. Edição Especial. Novembro, 2019.

4 AGOSTINHO, Santo; Bispo de Hipona, 354-430. **Confissões**. Tradução do latim e prefácio: Lorenzo Mammì. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

5 Mas de novo refletia: ‘Quem me criou? Não foi o meu Deus, que é bom, e é também a mesma bondade? Donde me veio, então, o querer eu o mal e não querer o bem? Seria para que houvesse motivo de eu justamente ser castigado? Quem colocou em mim e quem semeou em mim este viveiro de amarguras, sendo eu inteira criação do meu Deus tão amoroso? Se foi o demônio quem me criou, donde é que veio ele?’ (Agostinho, 1980, p. 142).

Deus? Se fosse, logo, Deus não é absolutamente bom, ou seja, não é o Sumo Bem. Por outro lado, se é admitido que o mal é um princípio em concorrência com um bom princípio, isto é, Deus, então Deus não é a fonte de todo ser, e por consequência não é soberano. Tais indagações revolviam-se dentro da alma de Agostinho, que chega a escrever: “Revolves uma questão que, quando jovem, consumiu-me sobremaneira e impeliu-me, exaurido, aos hereges, tendo-me prosternado” (*lib. arb.* 2,4). Observemos, pois, o retrato que o próprio Agostinho faz de si quanto ao tormento causado nele, em sua juventude, por falta de uma resolução satisfatória ao problema do mal, a ponto de se precipitar, e ficar nove anos prostrado⁶ na heresia dos maniqueístas.

Nessa busca pela verdade, ainda jovem, enviado para Cartago pelos pais para estudar as artes liberais, Agostinho tenta achar repouso à sua inquietude quanto ao problema do mal na leitura das sagradas escrituras. Todavia, segundo ele, pela obscuridade do seu coração causada pela soberba, orgulho e presunção, a seus olhos, aqueles escritos lhe pareceram “indignos, se comparados à dignidade de Cícero”, e reflete dizendo: “meu inchaço repelia a moderação deles e meu acume não penetrava sua interioridade. Eles [as escrituras sagradas] eram assim para crescer juntamente com os pequenos, mas eu não me dignava ser pequeno: cheio de presunção, me julgava grande”⁷ (Agostinho, 2017, p. 82). Após essa tentativa frustrada na leitura das escrituras, Agostinho descreve, nas suas *Confissões*, como relembrou levemente no trecho do *De libero arbitrio* citado acima, sua precipitação na heresia dos maniqueus, dizendo que caiu “nas mãos de homens delirantes de soberba, demasiado carnis e loquazes, em cujas bocas estavam os laços do demônio e um visco feito da mistura das sílabas do teu nome e do nome do Senhor Jesus [...]” (Agostinho, 2017, p. 84).

E estes maniqueístas, com seu materialismo peculiar, influenciavam Agostinho – que desconhecia outra realidade não sendo corpórea, ignorando, assim, a realidade “que é verdadeiramente” – a uma resolução materialista e dualista ao problema do mal, que não via outra saída senão “concordar com [...] insensatos enganadores, quando perguntavam de onde vinha o mal”, e em sua ignorância, diz Agostinho, esses argumentos o confundiam, ao mesmo tempo o persuadindo que, por meio dessa gnose maniqueísta, estava à “avançar rumo à verdade”, quando, na verdade, segundo o Bispo de Hipona, “se afastava dela” (Agostinho, 2017, p. 85). Ou seja, o Maniqueísmo, segundo Agostinho, por meio do conceito de gnose, um conhecimento de poucos – como uma iluminação, que dá acesso à verdade – passa a seu seguidor a sensação de estar seguindo rumo a verdade, quando, na realidade, o afasta copiosamente; e por consequência, a aparente verdade que, momentaneamente, satisfaz Agostinho quanto ao problema do mal oferecida pelos maniqueístas era enganosa.

O tratado agostiniano que estamos trabalhando neste artigo, no caso o *De libero arbitrio*, é um tratado antimaniqueu, isto é, o desejo de Agostinho na escrita deste tratado não era somente apresentar o conceito de livre arbítrio como origem do mal – tirando de Deus toda responsabilidade pelo mal –, mas, ao fazer isso, apresentar uma solução à problemática do mal e, simultaneamente, rebater a resolução maniqueísta, que é dualista e materialista. Tendo, por fim, o melhor entendimento dos movimentos argumentativos da obra *De libero arbitrio* sendo uma obra antimaniqueísta e, da mesma forma, tendo sido inteligidos os motivos de Agostinho rejeitar e considerar insatisfatória e falsa a solução maniqueísta ao problema do mal – e como sua solução se coloca como uma contraposição a ela –, a seguir apresentaremos uma visão geral do Maniqueísmo, incluindo sua antologia e ética.

2.1 MANIQUEÍSMO: VISÃO GERAL

2.1.1 Maniqueísmo e Ontologia

Há de se perceber que a ontologia dos maniqueus – a maneira como eles interpretavam a realidade – era formada por um dualismo: dois princípios independentes não criados, separados e eternos, que estão em contraste um do outro: o do Bem e o do Mal. Tal Cosmologia Maniqueísta é o cerne da doutrina, da qual deriva todo o resto – ética, gnose e liturgia. Segundo Bataglion Junior, ⁶ “Durante esse mesmo período de nove anos, do décimo nono ao vigésimo oitavo de minha idade, éramos seduzidos e seduzíamos, errávamos e levávamos ao erro com ambições diferentes: abertamente, pelas disciplinas liberais; secretamente, por uma falsa religião; naquelas, soberbos; nesta, supersticiosos; numas e noutras, vãos” (*Conf.* IV. 1. 1). Neste trecho, se faz evidente, pelo próprio relato de Agostinho, que ele frequentou o maniqueísmo por nove anos, dos seus dezoito aos vinte e oito.

⁷ *Ibid.*, p. 82.

Essas duas naturezas, ou princípios, são distinguidas como Luz e Trevas, representando assim a diferença e a dualidade entre ambas. [...] podemos qualificar o dualismo maniqueu como absoluto e radical devido ao fato das duas naturezas serem totalmente independentes uma da outra.⁸

Para o Maniqueísmo, desde toda a eternidade existiam ontologicamente dois princípios, o Reino de Luz e o Reino de Trevas – a primeira sendo imaculada, pura, elevadíssima, somente pela razão podendo ser percebida. Contudo, diferente da concepção metafísica de Deus [cristã neoplatônica], este Deus Bom, apesar de ter uma natureza espiritual, “é um ser corpóreo, não com uma forma limitada ou finita, como a humana, mas infinita e ilimitada”. O segundo, o Reino das Trevas, é chefiado por Satanás, dominante das trevas, “que é mal quanto a sua natureza, sendo esta também física, ilimitada e infinita”, como a do Reino da Luz. Segundo Gomes e Souza, estes “dois reinos ou princípios têm poderes idênticos, pois ambos têm poder de criar, ou de emanar em igualdade e valor” (Xavier e Rocha, 2019, p. 19). Contudo, ensinam os maniqueus que “a luz é superior às trevas, por suas qualidades intrínsecas de bondade, beleza e inteligência, e essas qualidades causaram inveja ao Reino das Trevas sendo o motivo do início da luta entre eles”. (Bataglion Júnior, 2018, p. 19).

Antes de continuarmos e tratarmos da possibilidade de um mal moral no Maniqueísmo, faz-se necessário ressaltar um ponto muito importante do que foi exposto até então: o materialismo maniqueísta. Quanto a este ponto, é fundamental observar que Agostinho foi tão enredado por esse profundo materialismo maniqueísta, até mesmo em relação à divindade [que escreve em suas *Confissões*], a ponto de não conseguir conceber a Deus a não ser como uma substância corpórea⁹, que é, para o Cristianismo, um erro: “Quando queria meditar sobre o meu Deus, não sabia pensar senão numa massa corporal, porque achava nada que não fosse tal – e essa era a causa inevitável do meu erro” (Agostinho, 2017, p. 136).

2.1.2 Maniqueísmo e o Mal moral

Como vimos acima, o Maniqueísmo ensina que o mundo é o local no qual duas forças cósmicas, o Bem e o Mal – dois princípios independentes, separados e eternos – “contendem incessantemente”. Desse modo, a seguinte resolução do problema do mal oferecida pelos maniqueístas é que o Bem, o Deus bom, está “fazendo o melhor contra o mal, mas está a enfrentar um oponente independente tão formidável como ele” (Meconi, 2016, p. 131). Ou seja, a resolução do problema do mal oferecida pelos maniqueístas era que o mal é um princípio que está em conflito com o princípio do bem, e é através do princípio-mal, que reside na matéria, que advém o mau no mundo; e não da vontade humana. Deter-nos-emos agora neste outro tópico essencial da Doutrina Maniqueísta: o homem não possui livre arbítrio – ou seja, ele não é livre; logo, não é responsável pelas suas ações. Na Doutrina Maniqueísta, o mal praticado tem origem no princípio mau, que está em sua matéria. Ou seja, a matéria é má porque tem parte com o princípio mau, logo, não pode fazer outra coisa senão fazer o mal. Por isso, o sujeito que está na matéria não tem culpa: como se culpará e exercerá justiça sobre alguém que não é responsável pelo erro, ou pelo menos não é a origem do ato defeituoso? Portanto, para o Maniqueísmo, o Mal não só é um princípio substancial que coexiste com o princípio substancial do Bem, mas também é a origem do agir mal; ou seja, a origem do ato moralmente defeituoso não é, como veremos que é para Agostinho, a vontade humana, mas está na matéria, que tem participação com o deus Mal maniqueísta. Neste sentido, o homem está condenado a agir mal, não tendo outra opção vista sua condição de aprisionamento à matéria, que é má. Temos aqui um fatalismo, que isenta o homem da responsabilidade de seus delitos, como também, da justiça devida a esses.

Apesar de os maniqueus acreditarem que no homem há uma alma ontologicamente boa, consubstancial com o Bem – o princípio bom –, por estar ligada ao corpo, que é mal por ser matéria – sendo essa participante do Mal –, [a alma humana] está envenenada pelas mais variadas tendências chafurdadas pela perversidade (Bataglion Júnior, 2018, p. 44). Logo, para o Maniqueísmo, pelo

8 BATALGION JÚNIOR, Eloi. **O mal como privação do bem:** a refutação de Santo Agostinho ao Maniqueísmo. São Paulo: Paulus, 2018, p. 19. *E-book*. Disponível em: <<https://www.fapcom.edu.br/ebook/o-mal-como-privacao-do-bem-a-refutacao-de-santo-agostinho-ao-maniqueismo>>. Acesso em: 23/05/2024.

9 O que afasta Agostinho desse materialismo é o seu encontro com o neoplatonismo de Plotino e Porfírio, que tem uma função propedêutica na busca de Agostinho pela verdade, que, no fim, o leva até o *logos* encarnado de São João.

fato de não haver livre arbítrio e, por consequência, responsabilidade, o mal acaba não podendo ser considerado algo moral, mas algo natural, porque

[...] depois que o mal e o bem se mesclaram, ambos ficaram em uma contínua luta, e, dessa maneira, se o homem agir de forma má, ele imputará a culpa ao fato de a substância má dominá-lo, e se agir de forma boa, dirá que está agindo segundo a substância boa [...] Nesse sentido, não há livre arbítrio na doutrina maniqueia devido ao fato da alma só poder fazer o bem, e já a matéria só poder fazer o mal, pois esses dois princípios são oriundos daqueles dois reinos, o da Luz, que é totalmente bom, e o das Trevas, que é totalmente mau.¹⁰

Ainda diz Costa quanto à interpretação do agir mal na ética maniqueísta:

Portanto, para o homem maniqueu, o mal que ele praticava não era responsabilidade sua, ou fruto de sua livre escolha, mas algo involuntário e inevitável, visto estar deterministicamente marcado pela parte má de sua natureza humana – a matéria, ou que o mal estava inerente em sua natureza corpórea [...].¹¹

Tal concepção sobre a liberdade, o mal e o homem é vista no jovem Agostinho que descreve a si mesmo em seu percurso no Maniqueísmo, nas *Confissões*, aplacando a culpa de seus atos maus, por meio dessa doutrina fatalista e dualista maniqueia, ao falar que, ao invés de se aplicar a confissão de pecados cristã ortodoxa e pedir a Deus que o limpe de todas as suas falhas, recorre a dizer que está isento de toda e qualquer responsabilidade por não ser ele o praticante do mal, mas “outro” nele – neste caso, a matéria, que é má. Ou seja, se ele, o sujeito Agostinho, não é causa do ato mau, mas outra natureza que coexiste com ele, não pode ter sido ele o praticante e nem ele ser mau; logo não pode ser responsabilizado, como também não há porque haver culpa. Vejamos o que ele diz:

Conservava ainda a ideia de que não éramos nós que pecávamos, mas alguma outra natureza estabelecida em nós. O fato de estar sem culpa e de não dever confessar o mal após tê-lo cometido satisfazia o meu orgulho; desse modo eu não permitia que curasses minha alma que pecara contra ti preferindo desculpá-la e acusar não sei qual outra força, que estava em mim, mas que não era eu (*Conf.* V. 10. 18).¹²

3 PROBLEMA DO MAL MORAL NO *DE LIBERO ARBITRIO*

3.1 O TEMA DO MAL NO *DE LIBERO ARBITRIO*

Posto tal pano de fundo e apresentada a teodiceia plotiniana, aprofundar-nos-emos agora na resolução do problema do mal para Santo Agostinho na obra *De libero arbitrio*, mais especificamente, o problema moral do mal. O *Livre arbítrio* constitui o *corpus agostiniano* em primeiro lugar, sendo a primeira obra agostiniana datada, e uma obra antimaniqueia. Esse último aspecto é propriamente destacado por Santo Agostinho no começo da obra em diálogo com Evódio, seu interlocutor, mas também em suas *Retratações*, última obra [inacabada] de Santo Agostinho, ele escreve que o propósito de compor o *De libero arbitrio* era uma contraposição a doutrina maniqueísta, a qual seguiu por nove anos, principalmente em relação ao problema do mal. A respeito disso, Agostinho formula:

Como ainda nos demorássemos em Roma, quisemos, por meio de uma disputa dialética, investigar de onde é que existe o mal. E assim disputamos [...] e [...] ficou estabelecido entre nós, por uma razão discutida diligentemente, que o mal não havia surgido se não a partir do livre arbítrio da vontade, os três livros que essa mesma disputa deu à luz foram chamados de O livre arbítrio [...]. Essa disputa sem dúvida foi empreendida por causa dos que negam que a origem do mal seja derivada do livre arbítrio da vontade, e que, se assim é, contendem que Deus, o criador de todas as naturezas, deve ser inculpado; querendo eles, desse modo, segundo o erro de sua impiedade – pois são os maniqueus –, introduzir uma certa natureza do mal, imutável e coeterna com Deus”.¹³

Como atestado acima, Agostinho diz que a obra *De libero arbitrio*, em seus três livros, foi o fruto de uma disputa dialética quanto a origem do mal, num esforço – partindo pela fé em busca de

10 *Ibid.*, p. 45.

11 COSTA *apud* BATAGLION JÚNIOR, Eloi. **O mal como privação do bem**: a refutação de Santo Agostinho ao Maniqueísmo. São Paulo: Paulus, 2018, p. 45. *E-book*. Disponível em: <<https://www.fapcom.edu.br/ebook/o-mal-como-privacao-do-bem-a-refutacao-de-santo-agostinho-ao-maniqueismo>>. Acesso em: (26/05/2024)

12 *Ibid.*, p. 134.

13 AGOSTINHO. **O livre arbítrio**: livro I. Tradução, introdução, notas, comentários e léxico de termos técnicos: Ricardo Taurisano. São Paulo: Filocalia, 2019, p. 167.

evidência racional – de livrar de Deus qualquer culpa quanto ao mal, focando numa defesa filosófica dialética da unidade, supremacia e bondade de Deus, contra os maniqueístas que defendiam dois deuses – um mau e outro bom: o primeiro como origem da maldade –, negando assim o livre arbítrio da vontade humana.

A obra é construída em diálogos entre Agostinho e Evódio, e já começa de modo significativo com a pergunta que irá nortear a discussão dialética filosófica durante a obra: “*dic mihi, quaeso te, utrum deus non sit autor mali*¹⁴”. Ao indagar Evódio se Deus é o autor do mal, percebe-se que a preocupação da disputa dialética não é essencialmente, no *De libero arbitrio*, propor uma definição restritamente ontológica do mal, mas propor uma resolução ao problema do mal que não culpe e nem diminua a divindade de Deus: apesar de filosófica, vemos que tal dialética tem um propósito apologético – a defesa da fé. Não à toa que Agostinho diz que, pela fé, se tem absoluta certeza de que Deus não é o autor do mal, nem existe outro deus mal, pelo qual advém a maldade moral no mundo; mas [Agostinho] crê que a partir de “um único Deus todas as coisas [...] existem, e que, contudo, Deus não é o autor dos pecados” (Agostinho, 2019, p. 111). Ele argumenta que, pela fé, se admite que “Deus é bom”, não sendo aceito pensar de outro modo, porque “mal ele não faz”; não só isso, mas também “Deus é justo” e, sendo justo, distribui prêmios aos bons e castigos aos maus. E ao se admitir que ninguém paga pena injustamente, chega-se à conclusão de que é porque foi responsável pela ação má ou boa, e logo, tem de ser responsável por ela. Portanto, crendo que Deus é providência divina que rege todo o universo, distribuindo ora prêmios aos que amam a lei eterna, ora castigos para aqueles que praticam o mal, não pode ser ele mesmo [o sumo bem] o autor do mal. Percebe-se, logo de começo, que mesmo se tratando das crenças advindas da piedade, há um afastamento de Agostinho [dos maniqueus] ao se admitir a moralidade, isto é, a responsabilidade moral do mal praticado pelo indivíduo.

3.2 CREDE UT INTELLIGAM: FÉ E RAZÃO EM AGOSTINHO

Tendo tal certeza pela fé, diz Agostinho, lhe resta realizar junto com Evódio, a disputa da dialética que visa encontrar baseamento racional para as crenças de que Deus é único e criador de todas as coisas – apesar da existência do mal moral – não sendo ele nem concorrente com esse, nem autor. E nesta dialética, segundo Agostinho, “Deus estará presente e nos fará entender o que cremos, porque estamos cômicos de seguir bem a sequência prescrita pelo profeta, que diz: *Se não crederes, não entenderes*” (Agostinho, 2019, p. 113). Nesse trecho, encontramos a máxima agostiniana *credo ut intelligam*, que para entendermos, isto é, chegarmos à verdade por vias da razão, precisamos partir das crenças da fé, porque se não cremos não entenderemos. Aprofundando mais esse conceito agostiniano, e nos valendo dos comentários do Dr. Ricardo Taurisano, percebemos nessa passagem que para Agostinho há dois tipos de conhecimento: “um fundado exclusivamente na razão”, e outro fundado na “confiança, ou crédito que se atribua a algum testemunho ou letra de origem divina, o que tampouco se faz sem o concurso da razão, posto que de modo sistemático” (Taurisano, 2019, p. 203). Quanto ao objeto de ambos os conhecimentos, [eles] aparentam ser o mesmo, isto é, “uma suposta verdade”. O conhecimento fundado exclusivamente na razão pretende desvendar tal verdade “por meio de mecanismos racionais, encadeamentos lógicos”; e a fé pretende também “chegar à verdade a partir daquilo em que crê *a priori*, contudo, sempre [visando] rescindir do seu sustento e da justificação das premissas tidas por irrefutáveis, como quem construisse um teorema a partir de um axioma” (Taurisano, 2019, p. 204), para depois buscar as causas e definições. E “certamente” – diz Étienne Gilson comentando a máxima agostiniana – “a fé não vê claramente a verdade, no entanto, ela tem um tipo de olho que a permite ver que algo é verdadeiro, ainda que não possa discerni-lo pela razão”. Desse modo, mesmo não vendo aquilo em que crê, “sabe ao menos, com toda a certeza, que não vê e que isso é verdade”, e é essa “posse pela fé de uma verdade escondida, mas certa, que irá lhe inspirar o desejo de penetrar mais profundamente seu conteúdo e dar sentido pleno ao *Crede ut intelligas*” (Gilson, 2010, p. 68). Ao fazer isso, “Agostinho nos convida abandonar o orgulho humano e a receber a verdade que Deus nos oferece em lugar de querer conquistá-la: a fé torna-se então a primeira, a inteligência segue-a” (Gilson, 2010, p. 63).

14 “Diz-me, eu peço-te, se acaso não é deus o autor do mal”.

3.3 DEFINIÇÃO E ORIGEM DO MAL MORAL (LIB. ARB. I. XVI. 34)

A seguir, partindo das crenças da fé, Agostinho, junto com Evódio, começará a investigação dialética quanto ao mal moral, tendo como propósito livrar de Deus qualquer culpa quanto ao mal. Assim, Agostinho se propõe no Livro I do *De libero arbitrio* responder, respectivamente, duas questões: (i) “o que é o fazer (agir) mal?” e (ii) “qual é a origem do agir mal?”. Vejamos, pois, a resposta a estas duas questões propostas por Agostinho quanto ao problema do mal moral, para depois partirmos para a resolução do problema do mal ontológico, na medida do possível, encontrado na obra *De libero arbitrio*.

3.3.1 Definição do agir Mal (lib. arb. I. XVI. 34)

No livro I, ao responder à questão “o que é o agir mal?” – dando uma definição ao mal moral –, Agostinho responde que o fazer mal – neste caso, pecar – é quando o homem, por meio da vontade, em vez de amar e apegar-se aos bens eternos e imutáveis, ama e apegar-se exageradamente aos bens mutáveis e passageiros. Analisemos, pois, o respectivo trecho do *De libero arbitrio*, onde Agostinho faz distinção entre esses dois homens:

Distinguimos também, com clareza suficiente, as duas espécies de realidades, umas eternas e outras temporais. E as duas classes de homens, uns seguindo e amando as coisas eternas e outros, as coisas temporais. Estabelecemos ainda que é próprio da vontade escolher o que cada um pode optar e abraçar. E nada, a não ser a vontade, poderá destronar a alma das alturas de onde domina, e afastá-la do caminho reto. (*lib. arb. I. XVI. 34*).¹⁵

Agostinho distingue duas realidades: a saber, a temporal e a eterna; como também duas leis e dois tipos de bens: no caso, a lei temporal e a eterna, e os bens temporais e os bens eternos. Posto isso, Agostinho diz que há dois tipos de homens: os “amigos das coisas eternas”, e os “amigos das coisas temporais”. Esses [os amigos das coisas temporais] são as pessoas cuja vontade está inclinada aos bens temporais – riquezas, honras, prazeres, beleza do corpo etc. –, amando-as, desejando-as desmedidamente, buscando nelas saciar o desejo natural pela felicidade – inato ao homem –, mas que jamais poderá ser saciado dessa forma, pois depositam a esperança da realização da felicidade em “todas as demais coisas que podem não ser obtidas mesmo quando desejadas ou então perdidas contra a própria vontade”.

Já aqueles [os amigos das coisas eternas] são as pessoas que, obedecendo às leis eternas, amam – por meio da vontade livre – os bens eternos e imutáveis, que não podem ser retirados contra sua própria vontade e nem são inalcançáveis: amam a Deus, a Sabedoria eterna e imutável, o Sumo Bem. E, como veremos, a felicidade está no ato livre da vontade de amar a Sabedoria, o Sumo Bem – propósito pelo qual [a vontade] foi criada e dada ao homem – e a atitude de amar as coisas mutáveis em vez do Sumo Bem é um desvio do seu ser, porque, como diz Agostinho em suas *Confissões*, o bem – a plena realização do ser (forma) do homem, por meio da vontade – é amar a Deus, estando junto com ele.

Feita a distinção desses dois tipos de homens, define Agostinho que o agir mal – o pecar – como também o agir infeliz – porque afasta o homem da felicidade – é quando a vontade, num ato de desvio, se inclina a bens inferiores, amando e apegando-se a esses demasiadamente em vez de amar se apegar ao Sumo Bem. Para Agostinho, o mal moral – o pecado – sempre é uma dinâmica erótica da vontade contrária ao Sumo Bem, desobedecendo, assim, a lei eterna e imutável. Vejamos a definição dada por Agostinho:

Tínhamo-nos proposto de procurar a definição do que seja cometer o mal (*malefacere*) (cf. I, 3, 6). Foi nesse intento que dissemos tudo o que precede até aqui. Em consequência, agora é o momento de examinarmos com cuidado se cometer o mal é outra coisa do que menosprezar e considerarmos os bens eternos – bens dos quais a alma goza por si mesma e atinge também por si mesma, e aos quais não pode perder, caso os ame de verdade, e ir em busca dos bens temporais, como se fossem grandes e admiráveis. Bens esses, experimentados com o corpo, a parte menos nobre do homem, e que nada têm de seguro. Para mim, todas as más ações, isto é, nossos pecados podem estar incluídos nessa única categoria. (*lib. arb. I. XVI. 34*).¹⁶

15 AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. Tradução: Nair de Assis Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995, p. 67.

16 *Ibid.*, p. 68.

E este ato é mal por, pelo menos, duas razões: a primeira é que, Agostinho – muito influenciado por Plotino na questão da ordem dos cosmos – acredita que existe o que é superior e o que é inferior: ou seja, uma ordem de seres, devendo-se preferir o eterno em detrimento do mutável. Logo, a alma deve amar – através de um movimento da vontade – o Bem eterno (Deus) em vez das coisas mutáveis. A segunda razão é que a vontade, – como será exposto mais a frente – em si mesma boa por ter sido dada por Deus (o Sumo Bem), foi dada para que o homem, voluntariamente, pudesse amar a Deus; e conseqüentemente, tomando posse do Sumo Bem, tivesse seu desejo pela felicidade – o desejo pela realização plena de seu ser – satisfeito. Contudo, quando a vontade – como um bem dado por Deus – não realiza tal movimento erótico em direção ao Sumo Bem – no caso, a atividade de amar a Deus – mas, num desvio do seu ser em direção ao nada – amando desmedidamente as coisas mutáveis e inferiores – [a vontade] peca e é má: porque o mal ontologicamente, para Agostinho, é o não-ser. E na medida em que peca [o ser humano], se afastando da perfeição que lhe é devida, é infeliz. Concluimos, portanto, que a infelicidade é o afastamento do Sumo Bem em direção ao nada, por meio de um amor mal ordenado. Da mesma maneira, depreendemos que o contrário – a felicidade – é o movimento da vontade em direção ao Sumo Bem – como também a própria posse desse –, por meio de um amor ordenado que prefere amar o eterno em vez do mutável, que prefere a eterna lei em vez da lei mutável. Assim, a perfeição devida ao ser humano é amar a Deus; e, enquanto não direcionar a sua vontade a isso, permanecerá na infelicidade da inquietude: porque a perfeição que foi dada pelo criador – que é devida ao seu ser – está faltando.

Ou seja, quando a vontade prefere a si mesma – querendo ser dona de si própria –, ela [a vontade], sendo má, peca ao amar algo mutável, afastando-se de sua perfeição que é amar voluntariamente o Bem imutável – digerindo-se ao não-ser. Já podemos perceber, pelo caminho argumentativo que, para Agostinho, o mal advindo do pecado não é um ser, mas um caminho que a vontade toma de maneira contrária à sua perfeição (como um defeito – um caminho ao nada). Logo, o mal não é um ente – tese contrária à dos maniqueístas –, mas sim uma falta de perfeição devida a um ente [a vontade], como acentuado pelo próprio Agostinho no Livro VII de suas *Confissões*:

E investiguei o que era a iniquidade, e não encontrei uma substância, mas a perversão da vontade que se desvia da suprema substância – de ti, Deus – rumo ao ínfimo, *jogando para longe sua interioridade*, e, no exterior, inchando-se. (*Conf.* 7. 15. 22).¹⁷

3.3.2 Origem do agir mal (lib. arb. II. I. 3)

Agostinho consegue responder a ambas as perguntas – “o que é agir mal?” e “qual a origem do mal?” – introduzindo a vontade livre: um bem médio que Deus deu ao homem para que esse pudesse amá-lo voluntariamente. Para Agostinho, o homem é, antes da queda – enquanto ser criado por Deus –, naturalmente livre: é um ser que se move por voluntariedade, não por fatalismo, porque Deus deu ao homem a vontade – para que, por meio desta ele obedecesse à lei eterna que se prescreve para a sua felicidade [de que ele deve amar o Bem imutável, o Sumo Bem]. E a vontade livre torna o homem moralmente responsável tanto por suas virtudes, como por seus pecados – atos maus. E Deus, como providência divina que rege tudo e que deu a vontade ao homem, é aquele de quem “merecemos receber o castigo ou a recompensa, ao pecar ou ao proceder bem”. Logo, Deus não é o autor do mal, nem origem do mal. Mas o homem é o autor do mal quando comete pecado, e esse procede da vontade dada a ele – que em vez de ser usada para amar ao Sumo Bem, está desordenadamente amando outras coisas no lugar do Sumo Bem; portanto, não está realizando plenamente a sua forma, a atividade que lhe é devida [de apegar-se ao Sumo Bem]. Como também, sem uma vontade livre que fosse dada com o propósito de ser um bem – algo bom em si – por meio da qual o homem amaria a Deus voluntariamente, não faria sentido haver responsabilização moral para o homem, e por isso, nem castigo e nem recompensa da providência divina a ele. A esse respeito escreve Agostinho:

Pois, se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira [...]. Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar. Na verdade, como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade

¹⁷ *Ibid.*, p. 189.

para o fim mesmo para o qual ela lhe fora dada? Assim, quando Deus castiga o pecador, o que te parece que ele diz senão estas palavras: “Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo a que eu a concedi a ti”? Isto é, para agires com retidão. Por outro lado, se o homem carecesse do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecados e premiando as boas ações? Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. Igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus. (*lib. arb.* II. I. 3).¹⁸

Atestamos, pois, a partir do trecho acima que a origem do agir mal para Agostinho vem da vontade, e essa age mal quando age contra a perfeição devida ao seu ser, de modo contrário à realização plena da sua forma: a atividade devida a si, que neste caso é amar ao Sumo Bem. Contudo, agora no livro II do *De libero arbitrio*, o problema continua, e se coloca deste modo: já foi comprovado por Agostinho em sua disputa dialética com Evódio que a origem do agir mal – do pecar – é a vontade livre, e que essa é um bem em si mesma, enquanto concedida pelo Sumo Bem – dada por Deus ao homem para esse amá-lo voluntariamente. Contudo, a problemática se faz visível pelo fato de que é pela vontade livre que se faz o mal: a possibilidade do ato moralmente mal só surge por causa da vontade que foi dada por Deus. Assim sendo, como algo que nos foi dado para o bem agir pode ser usado para o mal agir? E como continuar dizendo que ela [a vontade livre] é um bem dado por Deus se pode ser usada para o mal? Em razão de tais questionamentos, coloca-se talvez a impossibilidade da vontade – podendo ser usada para o mal – ter sido dada pelo Sumo Bem – do qual procede todos os seres, que em si mesmos são bons, porque de Deus não pode proceder o mal, uma nele não há maldade e que ele é totalmente inculpável quanto ao mal, como ensina a fé. Dessa forma, faz-se necessário, para Agostinho – no Livro II do *De libero arbitrio* –, em uma progressão dialética mostrar como a vontade livre foi dada por Deus, apesar de poder ser usada para o mal.

4 A POSSIBILIDADE DE UMA APRESENTAÇÃO DO MAL ONTOLÓGICO NO *DE LIBERO ARBITRIO*: O QUE É O MAL?

Na medida em que expomos tal caminho argumentativo, veremos como Agostinho responde “o que é o mal?”, esse desvio efetuado pela vontade do seu ser em direção ao nada, ao não-ser, a não realização da sua forma – perfeição devida ao seu ser. Todavia, faz-se importante observar que o propósito de Agostinho com essa obra não é responder o que é o mal, mas livrar Deus de qualquer imputação do mal moral – o pecado. Ou seja, a obra *De libero arbitrio* não trata propriamente sobre o mal ontológico, mas o pressupõe na prova do mal moral, como defesa da bondade, do sumo bem, da supremacia do criador de todo ser e da justiça de Deus – como aquele que castiga o mal moral e recompensa as virtudes. Exploremos a seguir o mal ontológico em Agostinho no *De libero arbitrio* Livro II, e começo do Livro III, e outros excertos de suas obras.

Antes de Agostinho tratar no Livro II sobre como a vontade livre é um bem dado por Deus, ele apresenta uma prova metafísica neoplatônica da existência de Deus – a qual não nos interessa neste presente artigo – e depois disso, para mostrar como a vontade é um bem em si mesma porque foi concedida pelo Sumo Bem – dada por Deus – apesar de poder ser usada para o mal, [Agostinho] expõe, como todos os bens – tudo que é, que é manado de existência – procede de Deus, de modo que o que existe ou é Deus ou provém de Deus.

4.1 TODOS OS BENS PROCEDEM DE DEUS: OU ALGO É DEUS, OU PROVÉM DE DEUS (*LIB. ARB.* II. XVII. 45)

Para Agostinho, tudo que é – ou seja, que existe – ou é Deus ou vem Deus¹⁹. Isso acontece porque Deus é o ser que verdadeiramente é; logo, o modelo original, a forma imutável pela qual as outras formas mutáveis se originam. Analisemos, pois, um trecho do *De libero arbitrio*:

[1] Todo ser mutável é necessariamente também susceptível de perfeição (*formabilis est*). Pois assim como denominamos mutável o que pode ser mudado, do mesmo modo chamamos perfectível o que pode receber uma perfeição. [2] Ora, coisa alguma pode se aperfeiçoar a si mesma, porque coisa alguma pode se dar a si aquilo que não possui. E por certo é para receber uma perfeição que o ser é aperfeiçoável. Se, pois, todo ser que já possui uma perfeição não precisa receber o que já possui; e pelo contrário, se todo

¹⁸ *Ibid.*, p. 74-75.

¹⁹ Segundo Agostinho, “toda substância ou é Deus ou provém de Deus, porque todo bem ou é Deus ou procede de Deus” (*lib. arb.* III. XIII. 36).

ser que não possui a perfeição não pode se dar o que não tem, em consequência nenhuma realidade pode se aperfeiçoar a si mesma, como dissemos. [...] Isso é para que se compreenda também que todas as coisas são governadas por uma Providência. [3] Visto que todas as realidades que existem recairiam completamente no nada, caso fossem privadas de sua perfeição própria. É porque aquela imutável Perfeição pela qual todos os seres mutantes subsistem é ela mesma uma Providência (*lib. arb.* II. XVII. 45, grifos do autor).²⁰

Dividimos o trecho acima em três proposições principais: (1) o argumento do mutável como o suscetível à perfeição – que pode receber uma perfeição, que pode ter sua forma aperfeiçoada; e o suscetível à perfeição podendo ser chamado de perfectível – porque pode receber uma perfeição. O fato de tal ser poder receber algo e, por consequência, mudar em níveis de perfeição de natureza, [a possibilidade] torna-o mutável – porque o imutável nunca muda, é pleno em si mesmo, e, por isso, origem de todas as formas mutáveis. (2) O argumento onde Agostinho diz que todo ser que é aperfeiçoável não pode aperfeiçoar a si mesmo, porque não pode dar a si o que não tem. O ser que já possui toda perfeição – o ser que verdadeiramente é, Deus – não precisa receber nenhuma perfeição porque já tem. Isso caracteriza sua perfeição como Sumo Bem e também caracteriza sua imutabilidade – não podendo receber nada, porque já tem tudo, é a própria perfeição: nunca muda, por isso, é eterno e imutável. (3) e por fim o argumento final, apresentado por Agostinho no trecho citado acima, é que os seres mutáveis subsistem no ser imutável. Independentemente do ser, se esse for privado de sua perfeição própria, recairá no nada: logo, fica suscetível à mudança de perfeição. Se esse é suscetível, tem que ter recebido sua perfeição de alguém, porque não pode dar a si mesmo o que não tem. Assim, tem que ter recebido de alguém que é pleno, ou seja, imutável. Por isso, apreendemos que o imutável, Deus – o qual Agostinho se refere como Providência – é a fonte de subsistência de todas as coisas mutáveis. Em síntese, tudo que é mutável teve sua origem num modelo original – o ser imutável; por isso tudo que é, ou é Deus (o modelo original) ou criatura de Deus (formas mutáveis). E se Deus é sumamente bom – crença da doutrina cristã –, de Deus não pode provir nada que é mal. Pelo contrário: Deus, sendo o Sumo Bem, cria tudo que, enquanto é – enquanto está em conformidade com a natureza dada pelo criador –, é um bem. Portanto, tudo que é – ou seja, que está conforme a perfeição devida a sua natureza – é um bem. Tudo que é um bem, é porque sua forma foi dada pelo Sumo Bem.

Mais à frente veremos o argumento que, para reforçar que a vontade livre é um bem em si mesma dada por Deus, diz que tudo que se corrompe se torna menos bom; contudo, se se torna menos bom, é porque em alguma medida ainda é bom. Todavia, por hora, esse argumento metafísico [de que tudo que existe ou é Deus ou provém de Deus] já é suficiente²¹. E para o problema do mal, esse argumento contribui para a resposta de Agostinho à teoria gnóstica maniqueísta. Porque sendo Deus o Sumo Bem, e tudo provindo dele, o mal não pode ser criação dele – muito menos estar em oposição contra ele, porque nem criatura pode ser. Com isso reforçamos que, para Agostinho, o mal não é uma substância, porque se fosse teria que ser criado por Deus, e Deus não criaria o mal.

4.2 A VONTADE LIVRE É UM BEM SI, TODAVIA, SUJEITA A CORRUPÇÃO (LIB. ARB. III. XIII. 36; II. XVIII. 47-48)

Agora a questão que se coloca é: a vontade livre é um bem mesmo podendo corromper-se, tornando-se má? Já foi referido por Agostinho que o mal moral não é uma criatura, mas uma vontade pervertida – ou melhor, corrompida. Observemos, pois, que só se corrompe aquilo que em alguma medida é bom:

Toda natureza (*natura*) que pode tornar-se menos boa, todavia, é boa. De fato, ou bem a corrupção não lhe é nociva, e nesse caso ela é incorruptível; ou bem, a corrupção atinge-a e então ela é corruptível. Vem

20 *Ibid.*, p. 131-132.

21 Dirá Agostinho no final do livro II do *De libero arbitrio*: “Com efeito, não pode existir realidade alguma que não venha de Deus. De fato, em todas as coisas nas quais notares que há medida, número e ordem, não hesites em atribuí-las a Deus, como seu autor. Aliás, a um ser ao qual tiveres retirado completamente esses três elementos, nele nada restará, absolutamente. Porque, mesmo se nele permanecesse um começo qualquer de perfeição, desde que aí não encontres mais a medida, nem o número, nem a ordem: visto que em toda parte onde se encontrarem esses três elementos existe a perfeição plenamente realizada – tu deverias retirar mesmo um início de perfeição que parecesse até ser apenas certa matéria oferecida ao artífice para que trabalhe com ela e a aperfeiçoe. Porque — se a perfeição em sua realização completa é um bem — o começo dessa perfeição já é certo bem. Assim, se acontecesse a supressão total do bem, o que restaria não é um quase nada, mas sim um absoluto nada” (*lib. arb.* II. XX. 54).

a perder a sua perfeição e torna-se menos boa. Caso a corrupção a privar totalmente de todo bem, o que dela restará não poderá mais se corromper, não tendo mais bem algum cuja corrupção a possa atingir e, assim, prejudicá-la. Por outro lado, aquilo que a corrupção não pode prejudicar também não pode se corromper, e assim esse ser será incorruptível. Pois eis algo totalmente absurdo: uma natureza tornar-se incorruptível por sua própria corrupção. (*lib. arb.* III. 13. 36).²²

Sendo tudo que é, ora Deus ora provindo de Deus, tudo que é – na medida em que está conforme a sua perfeição – é um bem, logo, nada que foi dado por Deus ao homem pode ser um mal em si mesmo: assim acontece com a vontade – ela em si mesma é um bem porque foi dada por Deus para o homem para ele ser um agente livre, podendo escolher amar a Deus e se juntar a ele, vivendo segundo a reta razão, conforme as virtudes. Contudo, essa [a vontade] está sujeita à corrupção – à ausência da perfeição devida à sua natureza – quando se afasta por seu livre arbítrio em um movimento de aversão do Sumo Bem. Todavia, mesmo podendo estar sujeita à corrupção, na medida que é, é um bem:

Por isso se diz, com absoluta verdade, que toda natureza enquanto tal é boa. Mas se ela for incorruptível será melhor do que a corruptível. E se ela for corruptível – já que a corrupção não pode atingi-la senão tornando-a menos boa, ela é indubitavelmente boa. Ora, toda natureza ou é corruptível ou incorruptível. Portanto, toda natureza é boa. Denomino “natureza” o que habitualmente se designa pela palavra “substância”. Consequentemente, posso dizer que toda substância é Deus ou procede de Deus, e assim tudo o que é bom é Deus ou procede de Deus. (*lib. arb.* III. 13. 36).²³

Podemos aferir por isso e por outros motivos que a vontade livre em si mesma é boa, mas se torna má à medida que se corrompe (o mal como privação). Além do mais, segundo Agostinho, ela [a vontade] foi dada para o homem poder viver segundo a reta razão, e por isso é boa. Agostinho reforça que a vontade livre é em si mesma um bem apesar de poder se tornar viciosa – ou seja, ao se inclinar para o não-ser [o nada], se torna má –, dizendo que existem bens que observamos no corpo que, apesar de serem bons em si mesmos, podem ser usados para o mal. Consideremos, pois, o comentário de Étienne Gilson sobre este trecho:

Assim colocado, o problema volta a ser saber se em que medida a vontade livre pode ser contada entre o número dos bens. A resposta para essa questão não poderia ser diferente da que concerne aos objetos corporais. No mundo dos corpos, há muitas coisas das quais podemos fazer mau uso; isso não é razão para dizer que elas são más e que Deus não deveria tê-las nos dado, pois, tomadas em si mesmas, elas são bens. Por que não haveria na alma bens do mesmo gênero, ou seja, dos quais poderíamos fazer mal uso e que, contudo, uma vez que são bens, não podem ter sido dados a nós senão pelo autor de todo bem? É uma grave diminuição para um corpo humano ser privado de suas mãos; as mãos são algo bom e útil; contudo, aquele que comete com elas ações criminosas ou vergonhosas usa-as mal. Um corpo humano sem pés seria evidentemente muito imperfeito e, contudo, quem se serve dos seus para ir prejudicar outrem ou para desonrar a si mesmo, faz deles mau uso. O que é verdadeiro para esses órgãos é também para todos os outros, por exemplo, os olhos e, por isso, podemos dizer o mesmo sobre a vontade. Tomada em si mesma, ela é boa, pois é aquilo sem o que ninguém poderia levar uma vida direita; portanto, ela nos vem de Deus e deveríamos reprovar aqueles que a usam mal, não aquele que a deu para nós.²⁴

Em síntese, o fato de alguns bens serem usados de maneira defeituosa não anula o fato que eles, enquanto natureza concedida por Deus, são bons. Apesar de poderem ser usados de maneira má, de modo privativo à perfeição devida à sua natureza – conduzindo-os ao não-ser –, não implica que eles em si mesmos são um mal. Pelo contrário: enquanto bens concedidos por Deus, são bons por natureza. Assim é a vontade livre: enquanto bem concedido por Deus – para o homem agir segundo a reta razão e se unir ao Sumo Bem – é boa. Contudo, pode ser tornar pervertida (defeituosa/corrompida) – ou melhor, má – na medida em que se afasta do Sumo Bem; porque se é boa enquanto natureza, e se a sua natureza é se unir ao Sumo Bem [Deus], na medida em que ela [a vontade livre] se afasta de Deus, se torna má porque está se afastando da perfeição devida à sua natureza, caminhando ao não-ser. Então atestamos outra vez o mal não como uma substância – como fora

22 *Ibid.*, p. 191.

23 *Ibid.*, p. 192.

24 GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo ao santo Agostinho**. Tradução: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2. ed. São Paulo: Discurso; Paulus, 2010. p. 276.

anunciado pelos maniqueístas – mas pelo contrário: o mal tendo origem no próprio sujeito como uma “privação”.

Se assim é o bem, o mal só pode ser a corrupção de uma das perfeições na natureza que as possui. A natureza má é aquela em que medida, forma ou ordem estão corrompidas, e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Não corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer, boa; mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas no tanto em que é corrompida. Essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao se dizer que o mal é uma privação. Com efeito, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada. Em consequência dessa doutrina, não basta admitir que os maniqueus erraram ao considerar o mal como um ser, visto que é uma pura ausência de ser; é preciso ir mais longe e dizer que, sendo nada por definição, o mal sequer pode ser concebido fora de um bem. Para que haja um mal, é necessário que haja privação; portanto, é necessário que haja uma coisa privada. Ora, enquanto tal, essa coisa é boa e somente enquanto privada é má. O que não é não tem defeitos. Assim, cada vez que falamos do mal, supomos implicitamente a presença de um bem que, não sendo tudo que deveria ser, é, por isso, mau. O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito.²⁵

4.3 O MAL COMO PRIVAÇÃO: AUSÊNCIA DO BEM

Caminhando para o final do *De libero arbitrio*, Agostinho conclui sua tese que o mal é uma privação do bem – ou pode-se dizer também uma corrupção, nesse caso – da vontade, quando essa, em vez de amar o Sumo Bem, num movimento de desvio, volta-se para os bens mutáveis, amando-os desmedidamente, não realizando assim a perfeição devida ao seu ser – isto é, afastando-se do seu ser que foi dado por aquele que é verdadeiramente, em direção ao nada –, tornando-se má. Apesar de Agostinho não tratar especificamente, no *De libero arbitrio*, da questão do que é propriamente o mal – diferentemente de Plotino no tratado *Sobre o que são os males e de que origem são?* – isto é, do mal ontológico – como encontramos mais nítido nas *Enéadas* de Plotino –, percebemos como Agostinho trata, influenciado pelo conceito de privação em Plotino, o mal como uma *privação*, ao dizer que a vontade má é aquela que em vez de estar em conformidade com a plena realização do seu ser, amando a Deus, vai em direção ao não-ser [ao nada], não realizando assim a medida, perfeição e forma devida ao seu ser.

Percebe-se que o mal, em Agostinho, pode ser tomado como uma ausência do bem; e bem é ser, porque, na medida em que algo é, algo é bom, pois seu ser foi dado pelo Sumo Bem. Ou seja, na medida em que todas as coisas são [existem], então todas as coisas são boas; e aquelas que se corrompem, tornando-se más, são em si um certo bem, mas não absolutamente boas como o Sumo Bem – se assim fosse, não poderiam ser corrompidas –, porque a corrupção acontece a algum bem que, corrompido, deixa de ser bom, tornando-se mal. Sendo assim, todas as coisas corrompidas são privadas de um certo bem, e se fossem totalmente privadas do bem, não existiriam. Portanto, todas as coisas que existem são boas: por isso, o mal não é uma substância – porque se fosse seria um bem –, daí compreendemos que o mal seria, assim, uma privação de bem – o não-ser do que é. Diz Agostinho:

Vi claramente que todas as coisas que se corrompem são boas: não se poderiam corromper, se fossem sumamente boas, nem se poderiam corromper, se não fossem boas. Com efeito, se fossem absolutamente boas, seriam incorruptíveis, e se não tivessem nenhum bem, nada haveria nelas que se corrompesse. De fato, a corrupção é nociva, e se não diminuísse o bem, não seria nociva. Portanto, ou a corrupção nada prejudica - o que não seria aceitável - ou todas as coisas que se corrompem são privados de algum bem. Isso não admite dúvida. Se, porém, fossem privadas de todo o bem, deixariam inteiramente de existir. Logo, enquanto existem, são boas [...]. Portanto, todas as coisas que existem são boas, e aquele mal que procurava não é uma substância, pois, se o fosse, seria um bem. (*Conf.*, VII, 12, 18).²⁶

Segundo Delcio Marques, Agostinho recorreu à noção neoplatônica de não-ser “que recebera de suas leituras de Plotino e concluiu que o mal não é um ser, mas apenas a privação do bem” (Buzinaro, 2010, p. 82). Isto é, diferentemente do Maniqueísmo, para Agostinho o mal não é uma substância, mas a ausência substancial – ou seja, a ausência do ser, da realização da forma. Escreve Agostinho em suas *Confissões*:

²⁵ *Ibid.*, p. 273.

²⁶ *Ibid.*, p. 186.

E aquele mal, cuja origem eu procurava, não é uma substância. Porque, se o fosse, seria um bem. Na verdade, ou seria uma substância incorruptível e, portanto, um grande bem; ou seria uma substância corruptível e, então, se não fosse boa, não se poderia corromper. Desse modo, vi e me pareceu evidente que criaste boas todas as coisas, e que nada existe que não tenha sido criado por ti. E porque não as criaste todas iguais, cada uma em particular existe porque é boa, e tomadas em conjunto são muito boas. De fato, o nosso Deus criou todas as coisas muito boas. (*Conf.*, VII, 12, 18, grifos do autor).²⁷

Ainda sobre a influência que a leitura de Plotino teve sobre Agostinho em sua resposta, escreve Marcos Roberto Nunes Costa:

De qualquer maneira, se a ontologia plotiniana ainda não resolvia plenamente o problema do mal, pelo menos Plotino serviu-lhe de ponto de partida, ou estimulador, para uma solução definitiva. Pois, ao ler as *Enéadas*, Agostinho despertou para possibilidade de haver um contrário à substância, seja ela material, ou espiritual, ou seja, a não-substância - o não-ser ou o “nada”. A partir daí, Agostinho daria um importante passo na busca de uma solução para o problema do mal, que começou a parecer como que “um tirar fora”, uma privação, ou seja, o mal não é uma substância, não forma um ser, mas, pelo contrário, é ausência, defecção, do Bem – o não-ser.²⁸

Logo, percebemos que, para Agostinho, o mal não é uma criatura (algo que é), ou seja, não provém de Deus – sendo Deus a origem de tudo que existe, de tal modo que tudo que é ou vem de Deus ou é Deus, o mal simplesmente não é – porque não poderia ter sido criado pelo Sumo Bem. Mas [o mal] existe como uma corrupção daquilo que é, podendo só se manifestar por meio de um bem, porque onde há corrupção, há corrupção de algum bem. Vejamos o que diz o Bispo de Hipona em seu livro *Contra a Epístola que os maniqueus chamam Fundamento*:

Quem duvidará que isso a que chamamos de mal não é outra coisa que a corrupção? Certamente os distintos males podem designar-se com distintos termos, mas o mal de todas as coisas que se podem privar de algo é a corrupção [...]. Contudo, é fácil ver que a corrupção não é nada, senão enquanto destrói o estado natural das coisas, e que, portanto, ela não é natureza, senão algo contra a natureza. Logo, não se encontra nas coisas outro mal que a corrupção, e a corrupção não é uma natureza, ou nenhuma natureza é verdadeiramente o mal.²⁹ (Grifos do autor).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar tal exposição do problema do mal para Agostinho, tendo este artigo o propósito de fazer uma comparação da teodiceia agostiniana e plotiniana – mostrando como esta de alguma forma influenciou aquela –, percebemos, pois, como o conceito do mal como privação do bem – isto é, ausência de ser, ou também dito como não-ser de Plotino –, não como algum princípio ativo substancial – em igualdade com gnósticos –, influenciou Agostinho em sua resolução ao problema do mal com o propósito de contrapor o dualismo radical maniqueu, ao falar que não é um ser, mas uma privação, ou – nas palavras de Agostinho – uma corrupção de um bem criado por Deus – neste caso, a vontade – que se manifesta quando essa – em vez de estar em conformidade com sua natureza boa enquanto criada por Deus –, em um movimento de aversão, ama os bens mutáveis em vez do Sumo Bem. Contudo, nesse último ponto ressaltado da teodiceia agostiniana, vemos como se dá o afastamento de Agostinho de Plotino, quando aquele associa o mal não à matéria, mas ao movimento erótico defeituoso da vontade.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO. **A natureza do bem.** Tradução: Carlos Ancêde Nougé. Rio de Janeiro: Sétimo selo, 2006.

AGOSTINHO. **Confissões.** Tradução do latim e prefácio: Lorenzo Mammì. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AGOSTINHO. **O livre-arbítrio.** Tradução: Nair de Assis Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.

²⁷ *Ibid.*, p. 186.

²⁸ COSTA, Marcos Roberto Nunes. Santo Agostinho frente ao paradoxo da matéria na cosmologia/ontologia plotiniana na solução do problema do mal. In: **Revista Perspectiva Filosófica**, vol. 49, n. 1, 2022, p. 203.

²⁹ AGOSTINHO apud COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antimaniqueia de Santo Agostinho.** Porto Alegre: EDIPUCRS/ UNICAP, 2002, p. 269-270.

- AGOSTINHO. **O livre arbítrio**: livro I. Tradução, introdução, notas, comentários e léxico de termos técnicos: Ricardo Taurisano. São Paulo: Filocalia, 2019.
- BUZINARO, Delcio Marques. **O livre-arbítrio e o mal em Santo Agostinho**. In: Revista Mirabilia 11: Tempo e Eternidade na Idade Média, 2010.
- COSTA, Marcos. **Maniqueísmo**: História, Filosofia e Religião. Petrópolis: Vozes, 2003.
- COSTA, Marcos. **O problema do mal na polêmica antimaniqueia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- COSTA, Marcos. Santo Agostinho frente ao paradoxo da matéria na cosmologia/ontologia plotiniana na solução do problema do mal. In: **Revista Perspectiva Filosófica**, vol. 49, n. 1, 2022.
- GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- BATAGLION JÚNIOR, Eloi. **O mal como privação do bem**: a refutação de Santo Agostinho ao Maniqueísmo. São Paulo: Paulus, 2018. *E-book*. Disponível em: <<https://www.fapcom.edu.br/ebook/o-mal-como-privacao-do-bem-a-refutacao-de-santo-agostinho-ao-maniqueismo>>. Acesso em: (23/05/2024).
- MECONI, David Vincent; STUMP, Eleonore (org.). **Agostinho**. Tradução: Jaime Clasen. São Paulo: Ideias e Letras, 2016.
- QUEIRUGA, Andrés Torres. **Do terror de Isaac ao Abbá de Jesus**: por uma nova imagem de Deus. São Paulo: Paulinas, 2001.
- XAVIER, Victor Fabiam Gomes; ROCHA, Onielton de Souza (org.). **As duas problemáticas Agostinianas**: O Mal e O Tempo. Porto Alegre: Fi, 2019. p. 79. *E-book*. Disponível em: <<http://www.editorafi.org>>. Acesso em: (23/05/2024).

